

Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital

2021

Relatório
Pilar III - OVA

Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital

Apresentação

Com o objetivo de aprimorar os mecanismos de governança e transparência, a Circular nº 3.930/19 e a Resolução n.º 54/20 do Banco Central do Brasil, apresentaram uma nova forma de divulgação de informações ao mercado, por meio do Relatório de Pilar 3. Além de estabelecer novos requerimentos, este modelo unifica os requisitos de divulgação de informações, segregando em tabelas fixas e flexíveis separadas por periodicidade de divulgação entre trimestrais, semestrais e anuais e por segmento da instituição.

A HS Financeira é uma instituição financeira de Crédito Financiamento e Investimento, líder do conglomerado prudencial do Grupo Herval, atualmente classificado como segmento S4. O objetivo deste relatório é divulgar de forma ampla e transparente a estrutura do gerenciamento de riscos e capital do Conglomerado HS, demonstrando também, estar adequada ao seu porte e à complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O ano de 2021 marcou como o ano da consolidação da gestão de riscos dentro da Instituição, solidificando o trabalho que teve início no ano anterior. Nos aprofundamos em melhorar nossos processos, refinamos nossas políticas, evoluímos na governança corporativa e, além de demandar esforços para disseminar a cultura de riscos, focamos nos assuntos mais deficitários para nós, elevando nosso nível de controle e gerenciamento. Foi o ano em que, além de trabalharmos os riscos existentes em nosso mapa estratégico e operacional, desprendemos atenção especial para riscos cibernéticos e da segurança da informação, bem como nossos riscos de inadimplência, LGPD e continuidade de negócios.

Para nós a gestão de riscos é em peça fundamental para a tomada de decisões. Frequentemente acompanhamos e adequamos nossas premissas de apetite ao risco, realinhando esses indicadores com a transformação operacional, tecnológica e mercadológica constante, além de trabalharmos incessantemente no fortalecimento do processo de governança dentro da Instituição. Nossa conduta é transparente, estruturada e alinhada às áreas de negócios, objetivando, entre outros fatores, a melhoria contínua dos nossos processos, a excelência da nossa gestão e a melhoria na tomada de decisões.

A Política de Divulgação de Informações da Instituição contempla as diretrizes e responsabilidades na elaboração e divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital, bem como a descrição dos princípios e da governança de confirmação de fidedignidade das informações, em consonância com o estabelecido no art. 56 da Resolução nº 4.557/17.

Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos é manter a instituição dentro das diretrizes de risco da Alta Administração e acima dos limites mínimos regulatórios. A seguir estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base 31 de dezembro de 2021.



Patrimônio de referência
209,1 MM



Ativos ponderados (RWA)
378,9 MM



Índice de Basileia Amplo
33,85%

OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da Instituição

1 - Estrutura, Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos

O processo de assumir e gerenciar riscos é um dos pilares que sustenta a Instituição, para isso, a Organização deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o apetite por riscos estabelece a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a Instituição e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los.

A Instituição reconhece que a gestão de risco eficaz é primordial para o atingimento de seus objetivos estratégicos, o gerenciamento integrado de Riscos – GIR baseia e norteia as decisões estratégicas, assegura a sustentabilidade e continuidade dos negócios bem como maximiza a criação de valor para o acionista.

Neste contexto, a Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos, compreende o conjunto de atividades e processos coordenados pela Diretoria de Riscos. Processos que estão alinhados às diretrizes da Diretoria, que por meio de decisões colegiadas, define os objetivos globais da Instituição, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento, bem como os demais colaboradores, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de identificação, monitoramento e análise.

O gerenciamento de risco da Instituição tem como objetivo estabelecer as diretrizes que norteiam o processo de gerenciamento dos riscos, os níveis aceitáveis e suportáveis de exposição de risco e o monitoramento e tratamento dos Riscos identificados, visando e estando em consonância com o atingimento de seus objetivos estratégicos, com a otimização da alocação de capital e a manutenção dos níveis adequados de liquidez da IF. O GIR também visa assegurar a identificação e

avaliação assertiva e tempestiva dos Riscos inerentes ao negócio, garantir a integridade dos ativos de crédito e manter os níveis de risco e perdas alinhados ao apetite da Instituição.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, a Organização expõe-se a riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática de suas atividades, tais como, risco financeiro, crédito, liquidez, mercado, operacional, legal, tecnologia e outros. Para garantir sua estabilidade e solidez, são mantidos controles para identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte dos riscos aos quais está sujeita, gerenciando-os de maneira integrada e contínua e auxilia a IF de forma no cumprimento dos limites estabelecidos, leis e regulamentos, bem como no tratamento de eventuais desvios.

As ações de mitigação do risco são efetuadas por meio de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas aos temas e registro das ocorrências em controles internos da Instituição. Além da identificação, que tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e os objetivos de nossas unidades de negócio e de suporte, impedindo-as de atingir suas metas, com possibilidade de impacto nos lucros, no capital, na liquidez e na reputação, são executadas as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reporte dos riscos avaliados, que complementam o ciclo de gerenciamento de risco.

Apetite ao risco

A Instituição, em conformidade com os normativos vigentes, possui a Declaração de Apetite por Riscos (“RAS”, do inglês “*Risk Appetite Statement*”), estabelecida e aprovada de forma colegiada pela Diretoria. A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos

O apetite de riscos leva em consideração o ambiente regulatório no qual a IF está inserida e as condições de competitividade do mercado em que atua. Os limites estabelecidos consideraram os níveis máximos de exposição que a Instituição pode assumir sem descumprir nenhum dispositivo regulatório ou nenhuma de suas obrigações com a alta administração.

Os principais riscos identificados, que são inerentes à atividade desempenhada e aos quais estamos expostos são: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional, risco de capital e risco socioambiental. Para o gerenciamento desses riscos foi adotado um conjunto de métricas associadas à cada um deles, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições.

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado à diretoria e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

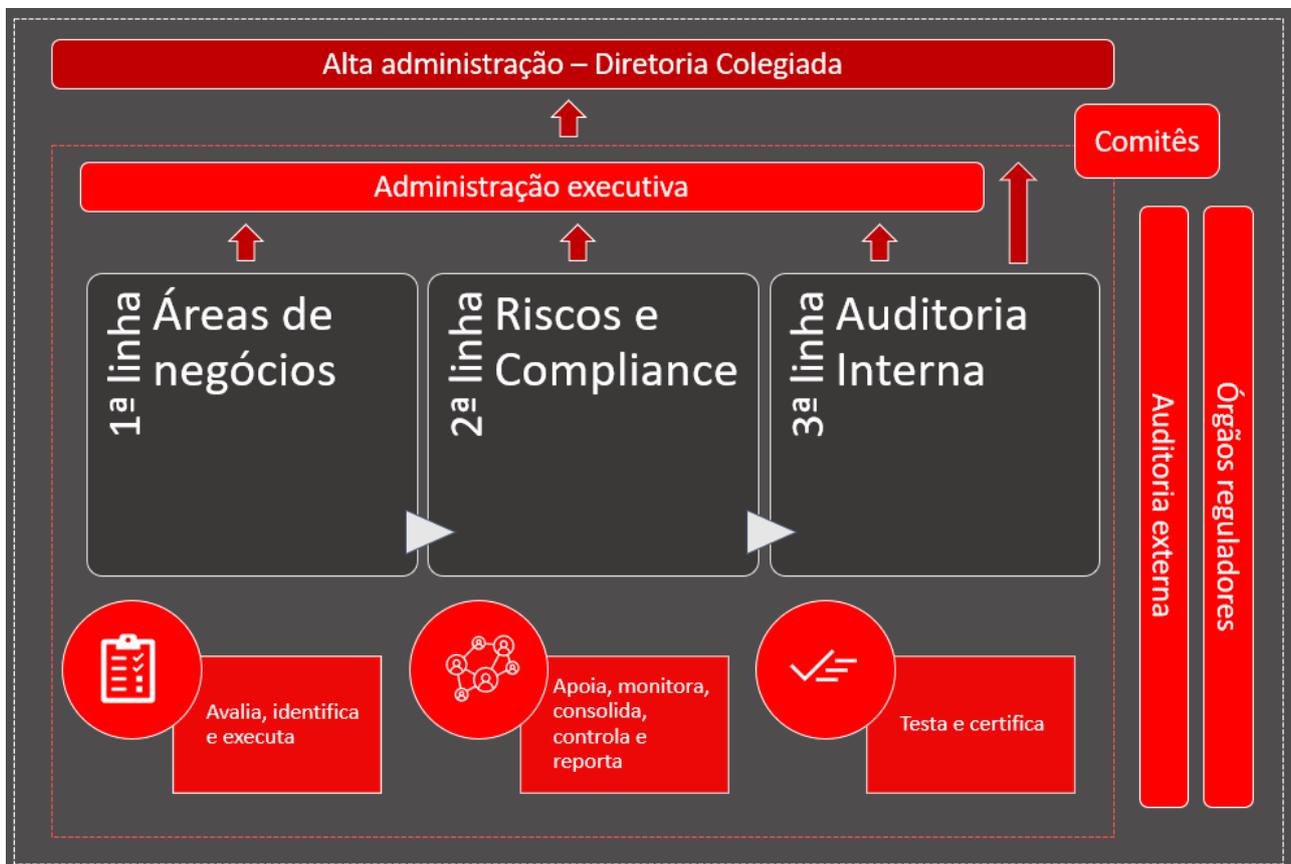
2 - Governança do gerenciamento de riscos

A Diretoria, de forma colegiada, é o órgão principal responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. O comitê de Riscos e a Área de Riscos e Compliance, são responsáveis por apoiar a Diretoria no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital, coordenando diretamente a gestão de riscos. As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa: É representada pelas áreas de Negócio da Instituição. É uma linha operacional, responsável por identificar e reportar riscos inerentes as suas atividades aos integrantes da segunda linha de defesa, auxiliando na mitigação das fragilidades da Instituição.

Segunda Linha de Defesa: É representada pela área de Riscos, Compliance e Controles Internos, que é integralmente segregada da atividade da auditoria, tendo independência no exercício de suas funções. Possui comunicação direta tanto com os administradores, quanto com qualquer colaborador. Tem acesso a quaisquer informações necessárias no âmbito de suas responsabilidades. Esta linha se reporta diretamente à alta administração.

Terceira Linha de Defesa: É representada pela Auditoria Interna e Externa, que fornecem uma avaliação independente das atividades da Instituição, por meio de técnicas de auditoria. Permite à administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos, a confiabilidade das demonstrações contábeis e o cumprimento das normas e regulamentações.



As responsabilidades e competências relacionadas à gestão de riscos estão claramente definidas em políticas internas elaboradas em linha com as diretrizes éticas estabelecidas Código de Conduta Ética, todos os documentos são devidamente divulgados e publicados.

A gestão integrada de riscos conta com o apoio de gestores e analistas de áreas de negócio e suporte relacionadas ao assunto tratado e de áreas de controle, designados de acordo com suas áreas de atuação, especialização e experiência profissional, podendo, ainda, contar com a participação de consultores externos.

Além disso, o comitê de riscos da instituição, tem como principais atribuições discutir e implementar medidas sobre riscos (liquidez, crédito, mercado, operacional, socioambiental, entre outros), gestão de capital e liquidez e PLDFT, bem como orientar a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições de risco estejam dentro dos limites ora estabelecidos e alinhados à estratégia definida pela alta administração.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição é a estrutura de comitês e reuniões técnicas, essas unidades de governança são projetadas para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle do negócio. Assuntos como crédito, cobrança, novos produtos, resultados e estratégias são abordados nesses eventos.

Processo de reporte de riscos à diretoria: abarcada à governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais à diretoria e aos executivos das áreas de negócio. Os reportes de risco são feitos pela área de Risco, de forma imparcial, independente e tempestiva, os planos de ação contam com o envolvimento das áreas de negócios para execução.

3 - Cultura de Riscos

Nossa cultura de risco vai além de políticas, manuais, procedimentos e processos, e fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que respeitem nossa maneira ética de fazer negócios e zelem pela preservação da imagem e reputação construídas pela instituição.

Entendemos que nossa cultura de risco está sempre em construção e em processo de melhoria contínua. Com o intuito de fortalecer nossos valores e alinhar o comportamento de nossos colaboradores com as diretrizes estabelecidas na gestão integrada de risco e com o apetite de risco da instituição adotamos diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco.

Para promover a cultura de risco, entre outras ações, utilizamos uma plataforma de treinamentos, informativos, políticas e manuais, que é o nosso principal canal de comunicação com nosso colaborador e que proporciona a disseminação e comunicação de informações relevantes acerca de todos os assuntos que rodeiam a instituição.

Também elaboramos materiais específicos sobre os riscos e casos reais ligados ao assunto, enfatizando ainda mais a responsabilidade de todos quanto ao assunto. Ainda neste ano, reforçamos nossos reportes a diretoria executiva, demonstrando os riscos que a instituição está exposta, acompanhamentos, planos e ações mitigadoras e controladoras.

Além disso, ressaltamos comportamentos que proporcionam às pessoas, em qualquer nível hierárquico da organização, a assumir e gerenciar riscos conscientemente, disponibilizamos canais e mantemos o livre arbítrio para que se sintam confortáveis para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos e má conduta no ambiente de trabalho, e para relatar situações que possam ocasionar transtornos e/ou prejuízo para a organização ou lesar nossos clientes, parceiros e acionistas.

Nossas ações norteiam as atitudes de nossos colaboradores e visam dar subsídios para que todos possam entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar riscos de maneira consciente. Nossas atitudes, canais e instrumentos de trabalho: políticas, manuais, códigos, procedimentos e processos, fortalecem a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores na gestão de riscos.

4 - Programa de testes de estresse

O programa de testes de estresse é definido como o conjunto integrado de procedimentos e rotinas, norteado por metodologias, documentações e políticas, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades as quais a Instituição está exposta. Por conseguinte, o programa de testes de estresse visa mensurar a resiliência da instituição frente à eventos extremos, porém plausíveis, de oscilações econômicas e mercadológicas, além de subsidiar decisões estratégicas, o processo orçamentário e o processo de gerenciamento de riscos, e ainda, servirem de insumo para métricas de apetite de risco

O teste de estresse é o procedimento de simulação de condições econômicas e mercadológicas extremas, porém plausíveis, na estrutura da Instituição, visando mensurar a materialização destes eventos, que impacta em resultados, liquidez e o capital da Instituição. Os testes de estresse são realizados com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise sistêmica, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse, que possam ser objeto de mitigação de risco.

Os testes de estresse são norteados por duas classes de variáveis: as internas e as externas, que são utilizadas direta e/ou indiretamente na composição orçamentária e para cenários de testes de estresse. O primeiro grupo compreende as variáveis baseadas em dados históricos da instituição, bem como resultados esperados, como por exemplo: inadimplência da carteira, liquidez das operações, volume monetário das operações, taxa de juros praticada, spread da operação, entre outros. Estas variáveis são acompanhadas historicamente e, com base em seus desvios e linearidade, são estabelecidos os choques que determinam os valores que serão utilizados nos testes de estresse.

Já as variáveis externas, são as macroeconômicas e de mercado, como a taxa DI, inadimplência das operações de crédito, inflação, entre outras. Os dados históricos e projeções destes indicadores são extraídos de fontes oficiais como o site do BACEN e outros instrumentos de monitoramento. Alicerçados nas flutuações destes indicadores são determinados os choques, onde o resultado do indicador projetado somado ao choque estabelecido, determina o valor utilizado nos testes de estresse.

As diretrizes dos testes e as variáveis utilizadas são definidas levando em consideração a relevância na estrutura da Instituição e a sua probabilidade de ocorrência.

Uma vez estabelecidas as diretrizes e variáveis, estas são utilizadas para sensibilizar resultados, projeções de caixa, capital e balanço orçados, dos quais resultam estimativas de ativos ponderados ao risco, índices de liquidez e capital em cada teste. Os resultados dos testes realizados são documentados e avaliados, visando determinar se, mesmo em ocorrências severamente adversas, a Instituição obteria níveis adequados de capital e liquidez, permitindo a continuidade de sua operação e atividades.

Os resultados obtidos a partir dos testes de estresse realizados permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando a tomada de decisões estratégicas e possíveis necessidades de adequação no posicionamento estratégico da Instituição.

As conclusões auxiliam a Instituição na correção de seus processos e fragilidades. Além disso, os resultados embasam as premissas do processo orçamentário, bem como da avaliação de adequação dos níveis capital e liquidez e no respectivo Plano de Continuidade de Negócios. Auxiliam, ainda, no afinamento dos limites estabelecidos nas políticas e na Declaração de Apetite por Risco, integrantes do programa de Gerenciamento Integrado de Riscos, tornando sua aplicação mais assertiva.

De forma ampla, possuem importante papel na revisão e manutenção da estrutura de gerenciamento integrado de riscos, bem como dos documentos que a compõem, norteando a Instituição na condução de seus negócios com objetividade, clareza e transparência.

5 - Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade

Os parâmetros estabelecidos na RAS buscam mitigar o risco de desvios quanto aos indicadores e metas estabelecidos pela Instituição, de forma a garantir o fortalecimento contínuo da estrutura de capital. A mitigação dos riscos também é realizada a partir da revisão dos direcionadores e normas de gestão do risco e recomendação de medidas e procedimentos corretivos para as deficiências identificadas.

As ações de mitigação do risco são efetuadas por meio de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas aos temas e registro das ocorrências em controles internos da Instituição. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento do risco.

Além disso, a atuação das áreas de negócios, no que se refere ao gerenciamento de riscos e controles, é pautada pelos instrumentos de governança da instituição, tais como códigos, políticas, planos, manuais e instruções de trabalho, bem como o mapa de riscos da instituição. Desta forma, a gestão dos riscos aos quais estamos expostos e os controles necessários à sua mitigação são realizadas com base em três Linhas de Defesa.

6 - Gerenciamento de capital

Os processos de planejamento estratégico, planejamento orçamentário e de projeção dos ativos ponderados pelos riscos são interligados e, em conjunto, consolidam a base para o planejamento e

gerenciamento de capital da Instituição, que, por sua vez, compreende as atividades de monitoramento e controle do capital, avaliação da necessidade de capital face aos riscos aos quais a IF está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Além disso, o fluxo de gerenciamento de capital se completa com a estruturação do plano de contingência de capital e recuperação e com a elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios. Como principais instrumentos e indicadores de acompanhamento, utilizamos o índice de Basileia e o valor de Patrimônio de referência.

Periodicamente, é realizado o acompanhamento do capital da Instituição, conforme limites estabelecidos na RAS para os indicadores supracitados e outros indicadores de acompanhamento. Essa prática, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Em percebendo alterações significativas e/ou frente a qualquer momento de situação de estresse, é realizada a reunião do Comitê de Riscos, onde são analisadas as situações, de maneira retrospectiva e prospectiva, bem como a necessidade de capital decorrente de novas estratégias. Também são discutidas medidas destinadas a manter o capital nos níveis estabelecidos pela alta administração.

Visando a garantir a solidez e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos.

Adotamos uma postura prospectiva na estrutura de gerenciamento de capital, o resultado de nossos testes de estresse, realizados no decorrer de 2021, apontaram que possuímos além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição. Contudo, elevamos nossa preocupação com os riscos de crédito e inadimplência, visto indicadores internos e externos que se demonstraram em retração.